



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ – PA

Av. São Pedro - 752 – Centro / CEP: 68.618-000
CNPJ: 84.263.862/0001-05

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ/PA.

I - DAS PRELIMINARES:

Trata-se de pedido de impugnação interposto tempestivamente pela empresa **AMENA CLIMATIZAÇÃO LTDA**, inscrito no CNPJ nº 46.368.367/0001-63, com fundamento no art. 164, da Lei nº 14.133/21, art. 24 da Lei nº 10.024/19 e Item 17.1 do instrumento convocatório referente ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 007/2025.

II - DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO:

A empresa **AMENA CLIMATIZAÇÃO LTDA**, inscrito no CNPJ nº 46.368.367/0001-63, protocolou impugnação no dia 16 de abril de 2025, via sistema. Em síntese a empresa alega, fundamenta e solicita o seguinte.

1.1. EXIGÊNCIA ILEGAL DE CERTIDÃO DE PROTESTO

Em análise ao edital percebeu-se, assim, que há exigência de certidão negativa de protesto.

O Acórdão 1391/2009 TCU Pleno tratou acerca da matéria: "Em que pese a alteração promovida pelo órgão, observa-se que a obrigatoriedade de apresentação de certidões negativas de protestos (item a.2 do oitiva), de débitos salariais de pessoa jurídica (item a.3 do oitiva) e de ilícitos trabalhistas (item a.4 do oitiva), ainda que apenas no momento da formalização contratual, não encontra supedâneo na Lei n. 14.133/2021, nem mesmo na jurisprudência desta Corte".

A exigência prevista quanto à qualificação econômico-financeira de que exigência de certidão negativa de protesto, é manifestadamente ilegal e não demonstra a indispensabilidade como determina a lei, devendo ser removida da licitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ – PA

Av. São Pedro - 752 – Centro / CEP: 68.618-000
CNPJ: 84.263.862/0001-05

1.2. DA EXIGÊNCIA DE QUESITOS INAPLICÁVEIS

Alguns poucos órgãos, que inobservam a lei de regência, fazem inserir em seus editais exigências como no presente caso:

5.11.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual: Certidão Negativa de Débitos Estaduais (Tributária e não tributária);

5.11.9. Certidão (Nada Consta) de Distribuição Cíveis e Criminais originária do Estado de origem do participante através do site: (portal.trfl.jus.br/sjpa/) (grifos acrescidos)

A exigência de regularidade para com a Fazenda Estadual, incluindo débitos não tributários, não encontra amparo na Lei de Licitações, pois a legislação limita a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista a obrigações específicas, sem incluir débitos não tributários.

1.3. ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA DE CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO CONTADOR/DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL – DHP JUNTO AO BALANÇO

O Tribunal de Contas da União tem entendimento firme sobre a ilegalidade desta exigência, tanto que em decisão de 2019 procedeu com julgamento do processo 005.798/2019-1 com o Acórdão 2326/2019 – Plenário1 com os seguintes termos: VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Construtora LV Ltda. – EPP a respeito de irregularidades ocorridas no âmbito do Convênio 166/DPCN/2017 (Siconv 843027), firmado entre o Ministério da Defesa e o município de Alta Floresta D'Oeste/RO, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em: 9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e no art. 103, § 1º, da Resolução – TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la prejudicada, tendo em vista a anulação da Tomada de Preços 1/CPL-M/2019;

[...]

9.6.6. a exigência de apresentação de Declaração de Habilitação Profissional (DHP) para fins de qualificação econômico-financeira, identificada no subitem

8.5.1 do edital, afronta o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, bem como a jurisprudência desta Corte, a exemplo dos Acórdãos 2.993/2009, 1.052/2011, 1.924/2011, 2.344/2011, 643/2012, 971/2012 e 1.146/2015, todos do Plenário;

[...]

Quanto à inabilitação em razão da apresentação de Certidão de Regularidade Profissional do responsável pela elaboração dos demonstrativos financeiros, com base no subitem 8.5.1 (peça 2, p. 102), transcrito adiante:

Desta forma, caso a Administração entenda que a impugnação é intempestiva, deverá não a conhecer e mesmo assim julgar o mérito..



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ – PA

Av. São Pedro - 752 – Centro / CEP: 68.618-000
CNPJ: 84.263.862/0001-05

III – DA ANÁLISE

Diante da impugnação realizada pela **AMENA CLIMATIZAÇÃO LTDA**, inscrito no CNPJ nº 46.368.367/0001-63, verificou-se que há pertinência e legalidade parcial nos pedidos da impugnante. Assim sendo, passamos a decidir.

V – DECISÃO

Considerando todo o exposto foi constata-se que assiste razão em parte a impugnação realizada pela **AMENA CLIMATIZAÇÃO LTDA**, inscrito no CNPJ nº 46.368.367/0001-63.

DECIDO:

1. Em razão do princípio da economicidade que tem como premissa minimizar os custos dos recursos utilizados na consecução dos processos licitatórios pela administração pública, sem comprometimento dos padrões de qualidade, bem como em respeito ao princípio da proporcionalidade, o Edital do Pregão Eletrônico nº 008/2025 não será retificado, no entanto, não serão exigidos para efeito de inabilitação das licitantes as seguintes Cláusulas do Termo de Referência: 5.11.9, 5.12.2, 5.12.3, 5.12.5, ficando mantida para efeito de habilitação das licitantes a Cláusula do Termo de Referência: 5.11.3, tendo em vista a legalidade da referida exigência com fundamento na Lei nº 14.133/2021.

Isto posto, sem mais a tratar, respeitados os princípios constitucionais do Contraditório e da Ampla Defesa, **ACOLHO A IMPUGNAÇÃO**, apresentada pela empresa **AMENA CLIMATIZAÇÃO LTDA**, inscrito no CNPJ nº 46.368.367/0001-63, para, **NO MÉRITO, CONCEDER-LHE O PROVIMENTO PARCIAL**.

Nova Esperança do Piriá/PA, dia 23 de abril de 2025.

EDNILTON DA
FONSECA E
SILVA:89027167249

Assinado de forma
digital por

EDNILTON DA FONSECA E
SILVA :89027167249

Ednilton da Fonseca e Silva
Pregoeiro Municipal